

INSTITUTO	
Documentação	
Fonte	JB (Economia)
Data	31/8/2001 Pg. 19
Class.	54

Deputada entra na Justiça contra ANP

ABNOR GONDIM

BRASÍLIA – A Agência Nacional do Petróleo (ANP) é acusada em ação popular de ter sido omisa ao permitir que o governo do Amazonas tenha lançado, em julho passado, uma licitação para o transporte de gás natural produzido na bacia do rio Urucu (oeste do estado), por meio de barcaças. Isso porque a Petrobras já tem um projeto de gasoduto para a região, no valor de R\$ 240 milhões, ao longo de 420 km que separam o município de Coari (oeste do estado) da cidade de Manaus.

A ação foi apresentada à Justiça Federal, na última sexta-feira, pela deputada federal Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), adversária política do governador Amazonino Mendes (PFL-AM). Segundo ela, a exploração e transporte de combustível é atribuição exclusiva do governo federal. Há suspeitas não citadas na ação de que o governador tenha abandonado a idéia de transportar o gás por meio de um gasoduto para favorecer empresários do

setor de navegação fluvial do estado.

Edital – A ação toca num ponto nevrálgico do edital de licitação, lançado pela Companhia de Gás do Amazonas (Cigás). Em um trecho, o edital assinala: “Não poderão participar neste ‘chamamento empresarial’, isoladamente ou como empresa líder do consórcio, empresas estatais ou controladas por ente estatal”.

O governador nega o alijamento da Petrobras. Disse que aceitará a melhor solução para o transporte do gás natural, admitindo até a construção do gasoduto. “Será escolhida a melhor opção de transporte”, afirmou Amazonino.

Pelo projeto da Petrobras, o óleo que resulta do transporte de 6 milhões de metros cúbicos diários de gás natural, será reaproveitado. Sem aproveitamento, o gás é reinjetado na terra, gerando perdas de R\$ 1,4 milhão por dia, calcula a Petrobras. A produção é suficiente para mudar a matriz energética dos estados do Amazonas e Rondônia, abastecidos por usinas hidrelétricas e termelétricas.